

Nas águas do Prata: operações da Marinha brasileira entre 1854 e 1865*

In Plata waters: Brazilian Navy operations between 1854 and 1865

Francisco José Corrêa-Martins

Professor do Departamento de Geociências da UFRRJ. Bacharel em História (USP), Licenciado em História (UFRJ), Bacharel em Geologia e Mestre em Ciências – Geologia (UFRJ), lecionou na EsPCEx e chefiou a Divisão de História do AHEX. No campo da História, dedica-se à História Militar, Cartografia Histórica e História Latino-americana dos séculos XIX e XX.

RESUMO

Na história da Marinha do Brasil na segunda metade do século XIX, as ações durante o conflito contra o Paraguai são as mais recordadas. Ocorre que após Tonelero e antes de Riachuelo, a força naval atuou diversas vezes no Rio da Prata. Nosso objetivo é apresentar um panorama geral dessas ações pouco conhecidas, com ênfase nos aspectos militares, bem como identificar possíveis consequências para a guerra da Tríplice Aliança.

PALAVRAS-CHAVE: Operações navais, Rio da Prata, Guerra do Paraguai

ABSTRACT

In the history of the Brazilian Navy the actions throughout the course the conflict against Paraguay are the most remembered in the second half of the nineteenth century. After Tonelero and before Riachuelo the naval force acted several times in the Rio de la Plata. Our goal is to present an overview of those little known actions, with emphasis on military aspects as well as to identify possible consequences for the War of the Triple Alliance.

KEYWORDS: Naval Operations, Rio de la Plata, Paraguay War

INTRODUÇÃO

Este ano marcou, no dia 1º de maio, o sesquicentenário da assinatura do tratado de aliança entre Argentina, Brasil e Uruguai, contra o governo de Francisco Solano López, no conflito que ficou mais conhecido aqui como “Guerra do Paraguai”, um episódio de longa duração que teve profundas consequências para os quatro contendores.

Mas essa não era a primeira guerra em que seus habitantes se enfrentavam. Desde os tempos coloniais, as disputas fronteiriças entre Portugal e Espanha já haviam gerado guerras na região do Rio da Prata e, com o processo de autonomia das colônias desses impérios europeus, as novas nações sul-americanas tiveram como herança a questão de limites em várias porções de seus territórios.

* Artigo recebido em 06 de maio de 2015 e aprovado para publicação em 24 de junho de 2015.

Assim, enquanto o Paraguai rompia com Buenos Aires e se isolava, a Confederação Argentina, com o objetivo de incorporar a Província Cisplatina, apoiava a luta desta contra o império, que anexara aquela parte do Vice-Reino do Rio da Prata em 1821, deflagrando a Guerra da Cisplatina (1825-1828),¹ ao final da qual aquela província se tornou um estado autônomo com o nome de República Oriental do Uruguai.

Contudo, a ideia da reconstituição do Vice-Reino do Rio da Prata sob controle de Buenos Aires não foi abandonada. A independência paraguaia não foi reconhecida e, a partir de 1835, no segundo período governamental do *federalista* Juan Manuel de Rosas, o projeto foi retomado, com o bloqueio de navegação daquele país e da invasão do território uruguaio por tropas argentinas comandadas pelo uruguaio Manuel Oribe, ligado ao partido *blanco*, que submeteram a capital, Montevidéu, sob domínio do partido *colorado*, a um longo cerco. A posse do Uruguai significaria estender o controle argentino sobre todo o estuário do Prata, formado pelos rios Paraná e Uruguai, posição-chave para as comunicações fluviais com o interior da América do Sul, o que atingiria duramente os interesses brasileiros.

O Brasil, que já na década de 1820 aproximara-se do Paraguai, reconhecendo sua independência e mantendo com ele atividades comerciais, ainda que limitadas,² realizou, nos anos 1840, gestões diplomáticas em favor do reconhecimento da autonomia paraguaia por outros países,³ culminando com o tratado de aliança defensiva contra a Confederação Argentina e o Uruguai, celebrado em 25 de dezembro de 1850.⁴ Pouco depois, as províncias argentinas de Entre-Ríos e Corrientes se levantaram contra Rosas e, aliando-se aos brasileiros e aos *colorados* de Montevidéu, lograram derrotar sucessivamente a Oribe e depois a Rosas.

Parecia que todos os problemas haviam desaparecido e se iniciava uma era de paz e prosperidade na região platense. Mas isso não passou de uma ligeira ilusão, e logo os aliados de ontem se tornariam oponentes que, envolvidos em problemas locais, levariam, por fim, ao maior conflito já ocorrido no continente.

Assim tendo o Rio da Prata como foco, é objetivo de nosso trabalho historiar e analisar as evoluções e ações da força naval do império do Brasil naquela região, entre março de 1853 e maio de 1865, e em que medida elas contribuíram para os eventos posteriores da “Guerra Grande”.

A PRESENÇA NAVAL BRASILEIRA DO RIO DA PRATA (1853-1860)

Após a Guerra da Cisplatina, a missão da força naval imperial nas águas do Rio da Prata pautou-se, na década de 1840, quando baseada no porto de Montevidéu, pela proteção aos navios mercantes brasileiros que demandavam aquelas águas,⁵ entrando em ação quando da guerra contra Rosas em 1851.

Naquele mesmo ano o Brasil e o Uruguai assinaram um tratado que em uma de suas cláusulas estipulava que o império, mediante solicitação do governo oriental, forneceria auxílio militar quando este julgasse necessário. Em 1853, frente a uma grande instabilidade interna, houve o pedido de apoio militar por parte do governo uruguaio, o que resultou inicialmente no aumento da força naval brasileira estacionada em Montevidéu, passando para seis navios (gráficos n^{os} 1 e 2) e, no ano seguinte, no envio de uma divisão do exército imperial com 4.000 homens.⁶

Ao norte o Brasil também tinha problemas. Após a derrota de Oribe e Rosas, o império acreditou que, em função do estabelecimento da livre navegação do Rio Paraná, através da qual o Paraguai podia agora realizar seu comércio sem restrições, o governo de Assunção reconheceria também a mesma situação com relação ao Rio Paraguai. Mas Carlos Antonio López assim não entendeu, receoso de que o livre trânsito pudesse fortalecer a posição brasileira no Mato Grosso, o que enfraqueceria a posição paraguaia frente a um ajuste fronteiriço com a Corte do Rio de Janeiro. Assim, as tratativas em Assunção foram infrutíferas, culminando também em 1853 com a entrega intempestiva dos passaportes ao representante brasileiro, para que se retirasse do território paraguaio. O gabinete chefiado por Honório Hermeto Carneiro Leão, visconde e futuro marquês do Paraná, entendeu essa ação como uma

grave afronta e imaginou dar uma resposta à altura ao governante paraguaio.

Para tanto, por “uma condição de dignidade nacional e um meio de atender a interesses assaz importantes do imperio”⁷, foi ideada “uma demonstração de força” pelo gabinete imperial.⁸ A imprensa da Corte noticiou a nomeação do Chefe de Divisão Pedro Ferreira de Oliveira como “encarregado de negócios para o Paraguay” em julho de 1854 e meses depois, cumulativamente, o cargo de comandante em chefe da Estação Naval do Rio da Prata, em Montevidéu.⁹ Começava assim o episódio que ficou conhecido na historiografia como “Missão Pedro Ferreira de Oliveira”.

Em 7 de dezembro, o Capitão de Mar e Guerra Francisco Manoel Barroso, o futuro Barão do Amazonas, foi nomeado chefe do estado-maior da divisão do Rio da Prata¹⁰ e, no dia 10 do mesmo mês¹¹ zarpavam do Rio de Janeiro pela manhã, como destino ao Rio da Prata, além de Ferreira de Oliveira, a fragata *Amazonas* e as corvetas *Magé* e *Viamão*, que eram navios movidos a vapor,¹² sendo inclusive publicadas quantas e quais bocas de fogo cada navio possuía, indicando ainda que o Navio-Transporte *Oriente* seguiria junto. Também era divulgado que brevemente os “vapores *Gequitinhonha* e *Ypiranga*, o patacho *Thereza*, o brigue-escuna *Tonelero*, e as canhoneiras *Activa* e *Campista*” iriam também para o Rio da Prata, além de uma canhoneira a vapor que vinha da Inglaterra,¹³ bem como do “vapor da companhia de reboque do Rio Grande do Sul, comprado ultimamente”.¹⁴

Em 1º de janeiro de 1855 foi publicado o mapa da força naval no Rio da Prata sob o comando em chefe do Chefe de Esquadra Pedro Ferreira de Oliveira, que listava 8 navios à vela, 10 vapores e 2 transportes, tripulados por 2.061 praças e dotada de 127 bocas de fogo,¹⁵ dados esses que foram republicados de forma completa em pelo menos dois jornais de grande circulação da Corte do Rio de Janeiro.¹⁶ Sobre essa força, é importante ressaltar que alguns navios nela listados já estavam no Prata desde março de 1854, compondo a estação naval anteriormente citada, como era o caso dos vapores *Amazonas* e *Thetis*, e dos navios de vela *Imperial Marinhei-*

ro, *Berenice* e *Eolo*.¹⁷ Assim, em 1855 estacionava próximo a Montevidéu uma força naval maior do que a empregada contra Oribe e Rosas anos antes e que só encontrava paralelo com a frota concentrada na mesma região durante a Guerra da Cisplatina (gráficos nºs 1 e 2). Era superior, inclusive, à frota anglo-francesa que enfrentara as forças rosistas no final da década de 1840, e atraiu a atenção da imprensa platense.¹⁸

Muitos não duvidavam do caráter bélico da aparatosa expedição, como o representante diplomático francês em Montevidéu que, reportando-se ao seu governo no início de janeiro de 1855, acreditava que, em face das questões relativas à livre navegação, o Brasil “ainda está se preparando para invadir o Paraguai; e a maior parte dos onze vapores de guerra e dos barcos à vela destinados a essa expedição já chegaram aqui sob as ordens do Comodoro Ferreira”. De acordo com Martin Maillefer, os navios brasileiros partiram da capital uruguaia no dia 15 de janeiro, informando que “havam embarcado um batalhão de caçadores e 2 companhias de artilharia pertencentes à divisão auxiliar” do exército que então o Brasil mantinha na capital uruguaia, como vimos anteriormente. Comentando sobre os navios brasileiros, Maillefer escreveu que “todos estes barcos, vapores, corvetas, brigues, goletas, transportes ou canhoneiras são na verdade de pouco calado como convém à navegação dos rios, e nossos oficiais de marinha reconhecem que são quase todos novos e capazes de um excelente serviço se forem bem comandado”.¹⁹

Com a frota reunida e abastecida, constituída pelos vapores “*Amazonas*, *Beberibe*, *Viamão*, *Magé*, *Gequitinhonha*, *Ypiranga*, *Maraçaná*, *Camacua* e *D. Pedro*”, e dos navios a vela “*Corveta Imperial Marinheiro*, *Briguebarca Berenice*, *Patacho Thereza*, *brigues-escunas Tonelero* e *Eolo*, *Escuna Tybagi* e *canhoneiras Campista* e *Activa*”,²⁰ o Chefe de Esquadra Ferreira de Oliveira começou, no final de janeiro de 1855, a subir o Rio Paraná, tocando na cidade de mesmo nome em 5 de fevereiro, para fazer uma visita aos representantes da Confederação Argentina.²¹ O cônsul paraguaio ali creditado não perdeu tempo em observar atentamente a frota e in-

formar ao seu governo que ela estava constituída de “cinco vapores grandes de três mastros de muito calado, quer dizer, com dez a doze pés, com suas correspondentes artilharias; dois vapores pequenos, também dotados de artilharia; sete bergantins com sua artilharia; uma fragata (sic) montada com vinte peças de artilharia,²² uma goleta de bandeira oriental, outra brasileira (estas transportes) e três barcas mais”, com “dois mil homens de desembarque com lanchas prontas para desembarcar em qualquer costa; [as] ditas lanchas tem uma peça de [calibre] doze”.²³ E somente no dia 20 de fevereiro, pouco antes do meio dia, a força brasileira chegou ao Cerrito, na embocadura do Rio Paraguai.

É evidente que uma força naval daquelas dimensões teria um deslocamento lento, em função do controle necessário, mas parece ter passado despercebido a alguns dois outros problemas: que a navegação ocorria em um rio que apresentava variação do nível de água e que os vapores tinham de rebocar os navios de vela águas acima. Portanto, esses aspectos apontam que, em caso de ação, e desde que houvesse água suficiente, somente os vapores poderiam ser efetivamente empenhados em combate.

Outro ponto pouco lembrado que reforça o caráter não militar da missão Ferreira de Oliveira é que o vapor de guerra paraguaio *Tacuarí*, recém construído na Inglaterra, e que trazia de volta o filho do presidente, o Brigadeiro Francisco Solano López, esteve no Rio de Janeiro em dezembro de 1854, dali saindo no mesmo mês, tocando depois em Montevideú, onde o Brasil tinha sua estação naval, e em Buenos Aires, sem qualquer percalço, tendo chegado à capital paraguaia em 21 de janeiro de 1855.²⁴

E, sabendo da aproximação do esquadrão brasileiro, os paraguaios trataram de erguer fortificações em vários pontos do Rio Paraguai, e especialmente em Humaitá, então uma simples guarda fluvial, onde o rio faz uma curva apertada, o Brigadeiro Francisco Solano López e o Coronel húngaro Wisner de Morgestern, demarcaram as baterias que rapidamente foram construídas, além de colocadas “minas flutuantes em vários pontos do canal”.²⁵ O chefe brasileiro

se referiu a essas defesas em suas comunicações, dizendo que “estavam colocadas em posição vantajosa e guarnecidas por sessenta peças de artilharia” e, no porto da capital havia “grandes caixões denominados piraguas, destinados a entupir o canal, cheios de pedra e metidos a pique”.²⁶

A missão do Chefe Pedro Ferreira de Oliveira tinha como metas obter uma satisfação pelo incidente com Pereira Leal em 1853 e, especialmente, negociar tratados de navegação e de limites. Entretanto, as instruções diplomáticas recebidas por ele eram confusas: embora acompanhado de uma frota com mais de 100 canhões e cerca de 2.600 homens, dos quais perto de 800 constituíam uma força de desembarque, ele deveria resolver com o Paraguai “de um modo pacífico as questões pendentes entre o Governo do Império e o daquela República”, e que, caso não obtivesse sucesso, deveria “forçar a passagem do rio”, mas não deveria levar toda a força naval até Assunção, a não ser que isso fosse indispensável, evitando fornecer um motivo para que o governo paraguaio repelisse as propostas brasileiras.²⁷

Trocadas as correspondências formais, e ressaltado que sua missão era “pacífica e diplomática”, o Chefe Ferreira de Oliveira recebeu autorização para subir até Assunção na sua capitânia, a *Amazonas*, o navio mais poderoso daquela força. Mas, devido ao seu grande calado, ela encalhou perto do Rio Bermejo, o que motivou a troca de navio, subindo então o representante brasileiro na *Ipiranga*, um dos navios de menor calado, chegando à capital paraguaia no dia 15 de março.²⁸

Ferreira de Oliveira deu-se pressa em logo conseguir soluções às demandas brasileiras, pois verificou que “no Rio Paraguay a crescente de águas deste anno [1855] foi muito tarde e diminuía de fôrma que na Assumpção e suas immediações não chegarão as águas á metade que é de costume nas cheias regulares, e principiou a vasante mais cedo do que devia ser”, e que Barroso, seu chefe de estado-maior, o alertava sobre a possibilidade, caso os navios de maior calado não descessem o rio, ficarem retidos na boca do Paraguai ou em Corrientes “até a enchente do anno seguinte”, o que seria um desastre. É evidente que aquelas

circunstâncias não eram desconhecidas ao Presidente Carlos Antonio López, nem ao seu filho Francisco Solano López, designado como negociador pela parte paraguaia, e foram utilizadas por eles, procrastinando as negociações, para “que a esquadra ficasse inutilizada” por falta d’água.²⁹

Consciente de que não detinha condições de impor o que o governo imperial lhe ordenara, Ferreira de Oliveira estipulou, em 13 de abril, o prazo de oito dias para resolver as questões relativas aos tratados, ao que Solano López respondeu que não seria possível resolver a questão de limites, mas quanto ao da navegação e comércio acreditava chegar a um bom termo. Mas, continuando as protelações, o representante brasileiro perguntou diretamente, no dia 23, se os tratados seriam assinados ou não, o que levou então a dias de trabalho para redigir, traduzir e ultimar os textos que foram assinados em 27, tendo o enviado brasileiro saído de Assunção a bordo da *Ipiranga* em 29 de abril de 1855.

Antes mesmo que o Chefe de Esquadra Ferreira de Oliveira deixasse a capital paraguaia, o fracasso da missão diplomática já era percebido na região do Prata. No princípio de maio de 1855, Martin Maillefer comunicava a Paris o “total fracasso de sua fastuosa expedição ao Paraguai” (...), e que a maior parte do esquadrão brasileiro “já havia baixado para Rosário, pois havia sido obrigada pela súbita descida das águas do Paraná, a abandonar as proximidades do Paraguai.”³⁰

Os tratados obtidos por Ferreira de Oliveira não atendiam ao que o governo imperial queria e, dessa forma, eles não foram ratificados.³¹ Assim, as tratativas diplomáticas foram reencetadas, com o Paraguai insistindo em resolver as questões da navegação e de limites de forma conjunta, enquanto o Brasil buscava resolvê-las separadamente, chegando-se a uma solução de compromisso em abril de 1856, mas pouco depois o Paraguai opôs novas dificuldades à navegação do rio de mesmo nome pelos navios brasileiros, o que gerou tensão e o envio à Assunção, em 1858, de José Maria da Silva Paranhos para resolver essa questão diplomaticamente.³²

Enquanto se desenrolavam as ações acima referidas, o governo imperial determinou o deslocamento e concentração de tropas do exército e da Guarda Nacional nas proximidades de Alegrete, RS, para a invasão do território paraguaio, no caso de um eventual fracasso diplomático, um episódio pouco conhecido e ignorado pela historiografia.³³ Também ordenou o reforço da Estação Naval do Rio da Prata, que passou de 5 navios em 1857 para 10 em 1858, dos quais seis eram vapores (gráficos n^{os} 1 e 2).

Ainda naquele contexto de 1857 o governo imperial agiu apressadamente, parecendo ter entendido que em função da “necessidade, que tínhamos de [ter mais] Navios apropriados à navegação do Rio da Prata, do Amazonas, e de seus afluentes, resolveu o governo a mandar construir na Europa 10 canhoneiras a vapor”, todas propelidas a hélice, sendo oito delas produzidas na Inglaterra (*Mearim, Itajaí, Ibicuí, Tietê, Araguari, Araguaia, Iguatemi e Ivaí*) e duas na França (*Belmonte e Parnaíba*), tendo a construção sido supervisionada pelo então Vice-Almirante Joaquim Marques Lisboa, e todos os navios ficaram prontos ao longo de 1858.³⁴

Como a negociação diplomática conduzida por Silva Paranhos foi bem sucedida, as forças terrestres reunidas foram logo desmobilizadas, enquanto a estação naval em Montevidéu só teve uma drástica redução de navios e efetivos em 1860 (gráficos n^{os} 1 e 2).

A ATUAÇÃO DA FORÇA NAVAL NA CAMPANHA DO URUGUAI (1864-1865)

Apesar de novas tropelias na Argentina e da invasão do Uruguai liderada pelo Brigadeiro Venâncio Flores, não havia, aparentemente, qualquer ameaça que justificasse uma maior presença naval no Rio da Prata que, até princípios de abril de 1864, pouca variação apresentou no número de navios brasileiros ali estacionados (gráficos n^{os} 1 e 2).

Mas logo a situação mudou. Enquanto o Brasil tentava manter-se neutro, os *colorados* de Flores, que contavam com a simpatia dos partidários de Bartolomé Mitre, que governava a Confederação Argentina, ganhavam terreno no interior do Uruguai, fazendo

com que o governo *blanco* de Atanasio Cruz Aguirre buscasse o apoio de Francisco Solano López, que sucedera ao seu pai no governo do Paraguai, e, ao mesmo tempo, tentava aumentar as rendas uruguaias, lançando imposto sobre a exportação de gado vivo, a principal atividade desenvolvida na porção norte do país, e dominada por estancieiros oriundos do vizinho Rio Grande do Sul, e que estariam sofrendo também violências naquele país. Assim o Brigadeiro Honorário Antonio de Souza Neto, antigo farru-pilha, foi ao Rio de Janeiro no começo de 1864 como porta-voz desse grupo reclamar a proteção do governo brasileiro para os súditos brasileiros, tendo suas demandas sido apoiadas por parte dos deputados,³⁵ motivando então o envio do Conselheiro José Antonio Saraiva em missão diplomática em abril daquele ano, na corveta a vapor *Nicthe-rohy*, acompanhado do Barão de Tamandaré nomeado como novo comandante da Estação Naval do Rio da Prata,³⁶ e que teria Barroso como Chefe do Estado-Maior,³⁷ logo foi reforçada com vários outros vapores, inclusive aqueles construídos entre 1857 e 1858 na Europa.

O Conselheiro Saraiva buscou, durante meses, uma solução para a questão junto ao governo uruguaio, contando com o apoio do representante diplomático da Grã-Bretanha, com quem estávamos com as relações diplomáticas rompidas em função da “Questão Christie” e do governo argentino, mas o gabinete de Aguirre oscilava, parecendo anuir com as negociações mas buscando contar com o apoio do Paraguai. Por fim, em agosto de 1864, o representante brasileiro apresentou um ultimato, relativo às reclamações brasileiras, ao governo uruguaio, que não o aceitou, abrindo caminho para o início das represálias preconizadas, a serem realizadas pelo exército e marinha imperiais, mas que, de fato, só a força naval poderia realizar.³⁸ No mês seguinte José Antonio Saraiva se retirou para a Corte, ficando então o Barão de Tamandaré como comandante em chefe e representante diplomático brasileiro no Prata.³⁹

Entre as primeiras ações ordenadas estavam a proteção aos súditos brasileiros e a imobilização e desarmamento dos dois

vapores armados em guerra que o Uruguai dispunha, o *General Artigas* e o *Villa del Salto*. Aquele, ancorado em Montevideú, pronto atendeu, enquanto o segundo estava no Rio Uruguai, nas proximidades de Mercedes, empregado no transporte de tropas e munições. Para comunicar as determinações imperiais às cidades ribeirinhas de Salto e Paissandu, para lá então se dirigiu a 3ª Divisão, constituída pelas corvetas a vapor *Jequitinhonha*, *Belmonte* e *Araguaí*, comandada pelo Capitão de Mar e Guerra Francisco Pereira Pinto, futuro Barão de Ivinheima.

Na noite de 26 de agosto de 1864, navegando rio acima, a *Jequitinhonha* e a *Araguaí* cruzaram com o *Villa de Salto* que, chamado à fala, prosseguiu em sua marcha e, advertido com um tiro de canhão feito sem pontaria, fugiu águas abaixo, aproveitando a correnteza e sua maior velocidade, conseguindo escapar na escuridão. Era o primeiro tiro disparado desde Tonelero, e que levou o Uruguai a romper suas relações diplomáticas com o Brasil. Enquanto Paissandu e Salto eram comunicadas formalmente sobre as decisões brasileiras, o Comandante Pereira Pinto teve informações que o vapor uruguaio se internara em águas argentinas, junto à Concórdia. Montou então uma armadilha, deixando mais ao sul daquela cidade a *Jequitinhonha* ocupando o canal do Rio Uruguai, enquanto partiu do porto de Salto com a *Belmonte* e a *Araguaí* águas abaixo, mas navegando à vela, para economizar carvão. Na tarde de 7 de setembro o *Belmonte*, tendo avistado o *Villa de Salto* navegando a grande velocidade, despertou os fogos e passou a persegui-lo e, pouco depois, o *Jequitinhonha* fazia o mesmo águas acima. Ante a captura eminente, o vapor uruguaio rumou para o porto de Paissandu, onde sua tripulação o encalhou e o incendiou em seguida.⁴⁰

A tensão subiu ainda mais quando Tamandaré enviou em outubro uma circular confidencial aos representantes estrangeiros, declarando os portos uruguaios bloqueados, e submetendo os navios neutros à inspeção, o que foi rechaçado por aqueles diplomatas, já que não havia uma declaração de guerra.⁴¹ Ato contínuo, deixando no Rio da Prata os navios de maior calado, o comandante em chefe brasileiro ordenou que

os vapores que demandassem menos água subissem o Rio Uruguai, para dar cumprimento ao bloqueio.

Essas ações tiveram como resultado, de um lado, aumentar o furor do *blancos* contra o império, ao mesmo tempo que o líder *colorado* Venâncio Flores viu aí uma oportunidade de conseguir o apoio do Brasil. Assim, em 20 de outubro escreveu ao vice-almirante aceitando as exigências brasileiras expostas no ultimato de agosto e propondo “tornar *communis* os nossos esforços” contra o governo de Montevidéu, o que foi aceito pelo chefe brasileiro no mesmo dia, declarando que a divisão do exército imperial que invadiria o Uruguai “com o concurso da esquadra do meu *commando*, se apoderará do Salto e Paysandú, como represalias, e imediatamente subordinará estas povoações à jurisdição de V. Ex., visto o compromisso de reparação que V. Ex. contrahio”, o que significou reconhecer Flores como beligerante e aliado, algo que Tamandaré não tinha autorização prévia para fazer.⁴²

Sendo a impetuosidade uma característica do comandante em chefe brasileiro,⁴³ logo expediu ordens no sentido da cidade de Salto ser bloqueada, cooperando com Flores. Assim para lá seguiu uma força comandada pelo 1º Tenente Joaquim José Pinto, com a canhoneira *Itajaí*, acompanhado da canhoneira *Mearim*, sob comando do 1º Tenente José Marques Guimarães, fundeando em frente à praça em 22 de novembro, chegando as forças *coloradas* no dia seguinte e iniciando o cerco à cidade no dia 24, completado no dia 27, dispondo-se o assalto para o dia seguinte. No dia 28, uma força a cavalo *colorada* não foi atacada por um grupo de sitiados porque a ação foi percebida dos navios e se atirou sobre os saltenhos “uma bomba de 12 e um foguete de guerra”. Na tarde desse mesmo, reconhecendo ser inútil a resistência, Salto se rendeu. Com a partida das tropas floristas, a força naval, além de permanecer nas proximidades, providenciou uma força de 100 praças e um canhão para proteger a cidade, sendo que somente em janeiro de 1865 aquela força brasileira partiu para Montevidéu.⁴⁴

Se a captura de Salto fora rápida e incruenta, o mesmo não ocorreria em Pais-

sandu, o episódio militar mais conhecido daquela campanha. Diferente de Salto, situada na planície próxima à margem do rio, Paissandu encontra-se “sobre uma eminência em fôrma de amphitheatro á margem esquerda (oriental) do Uruguay, porém, quasi uma boa légua distante do rio, [com elevações ao redor] pelo que um bombardeamento só é possível com grossa artilharia naval”.⁴⁵ Ali o comandante do Norte do Rio Negro, o Coronel Leandro Gómez, aproveitando-se das características naturais referidas, abriu trincheiras e levantou muros na parte central da cidade, transformando as edificações em pontos fortificados, inclusive uma igreja em construção, e concentrando elementos para a defesa, 12 pequenos canhões e pouco mais de 1.120 homens.⁴⁶

Em 4 de dezembro de 1865, a cidade teve seu porto bloqueado pela esquadilha imperial comandada pelo Barão de Tamandaré, constituída “dos vapores *Recife*, *Belmonte*, *Parnahyba*, *Araguay*, e *Ivahy*”, trazendo ainda a bordo “200 praças do 1º batalhão de infantaria, que tinha vindo da corte reforçar as guarnições da esquadra, de 100 soldados do batalhão naval, e 100 imperiaes marinheiros”, além de mais 100 homens de reserva, que dispunham de pequenos canhões de calibre 12 e uma estativa de foguetes a Congreve, enquanto em terra estavam o estanciero brasileiro José Bonifácio Machado com 160 cavalarianos e Venâncio Flores, com cerca de 3.000 homens, dos quais apenas 800 infantes, que dispunham de sete canhões, dos quais três raiados.⁴⁷

Houve então o desembarque das praças acima indicadas que, juntamente com os infantes *colorados*, iriam realizar o ataque. É importante neste ponto salientar que a historiografia argentina e uruguaia muitas vezes superdimensionou o número de atacantes,⁴⁸ incluindo as tropas de cavalaria, que não poderiam atacar um ponto fortificado, como era o caso. Assim, essas massas de cavalaria foram empregadas, durante as operações, como forças de vigilância e segurança. Intimidado a render-se, Gómez recusou-se, e o assalto foi marcado para o dia 6, não levando em conta que os efetivos atacantes eram inferiores ao que preconizava a arte militar para lograr êxito.⁴⁹

No início da manhã os infantes brasileiros e *colorados* investiram a praça, avançando sob o fogo dos canhões da esquadriha. Mas nem todos os navios atiraram. A nau capitânia, o *Recife*, não atirou por possuir 2 caronadas de calibre 30, de curto alcance. Os demais navios faziam parte do lote construído na Europa entre 1857 e 1858, sendo o *Belmonte* gêmeo da *Parnaíba* e o *Araguaí* gêmeo da *Ivaí*. Esses quatro navios contavam cada um com 4 canhões de calibre 32 em bateria e 2 canhões obuses de calibre 68 em rodízio,⁵⁰ mas o *Belmonte* e a *Parnahyba* tinham um canhão calibre 70 Whitworth em rodízio a mais. E embora Tamandaré tenha escrito que “não póde V. Ex. calcular o efeito prodigioso causado pela artilharia d’estes quatro navios”, os depoimentos dos defensores de Paissandu sobre esse primeiro ataque dizem que os tiros “vinham com muita elevação e arrebentavam no ar”, que eram “mal dirigidos”, causando “pouco ou nenhum dano”, por vezes “nem chegando às trincheiras” porque, como vimos, o objetivo era o topo de uma colina, dificultando, se não inviabilizando uma pontaria adequada. Além disso os atacantes tinham que percorrer campos quase limpos, sem abrigos, expondo-os ao fogo inimigo.⁵¹ Ainda assim, a infantaria conseguiu fazer com que os defensores de Paissandu ficassem circunscritos ao seu perímetro defensivo, embora os atacantes tenham retraído das posições conquistadas ao final do dia.

O ataque prosseguiu no dia 7, com escaramuças entre atacantes e defensores, com os mesmos resultados. O Barão de Tamandaré parece então ter reconhecido o problema com a artilharia, pois ordenou que, na noite daquele dia, desembarcassem “duas peças de calibre 32 e uma de 68”, para construir uma “bateria no alto da Boa (sic) Vista,⁵² que domina a praça pelo lado do norte”, distante cerca de 2 km do porto, mas situada perto de 1 km da cidade. Foi uma tarefa pesada e arriscada, mas na manhã seguinte a bateria da Bella Vista dirigia seus fogos justamente sobre o centro da defesa de Paissandu, secundada pelos canhões da *Belmonte* e *Parnaíba*, provavelmente os 68 e os 70 Whitworth.⁵³ Então a defesa uruguaia começou a sofrer com desabamentos de te-

tos e paredes, além das brechas abertas pelos impactos, sem contar com os estilhaços dos projéteis e das paredes.

Mas o dia 8 foi também o último da primeira fase dos combates, pois que se ajustou uma trégua para o dia 10 que serviria para a evacuação daqueles civis que ainda estavam na cidade. Na realidade, essa interrupção nos combates atendia a vários interesses. Da parte dos sanduceros recompor as defesas e postergar a luta, esperando um prometido socorro de Montevidéu. Para a força naval permitiu buscar munição para seus canhões e também para os de Venâncio Flores, já que a ação sobre Paissandu fora precipitada pela chegada iminente do novo representante diplomático, José Maria da Silva Paranhos,⁵⁴ além de esperar a chegada da divisão comandada pelo Marechal de Campo João Propício Menna Barreto, futuro Barão de São Gabriel.

Assim, Tamandaré enviou seu “secretário e ajudante d’ordens 1º tenente [Euzébio José] Antunes na *Parnahyba* para Buenos Ayres, afim de prover-se n’aquelle porto dos navios que alli tinhamos, de tudo quanto precisávamos”. Três dias depois ele retornou, trazendo “grande parte do armamento e munições que a corveta *Bahiana* conduziu da corte”, além de “100 praças do batalhão naval e de imperiaes marinheiros tirados das guarnições do *Paraense* e da *Nitherohy*; duas peças de calibre 30 d’este navio, e outras duas de seis de desembarque”.⁵⁵ Ou seja, o futuro Visconde do Rio Branco se equivocou quando afirmou, em 1865, que “nós fomos achar nos parques de Buenos Ayres” as munições acima referidas,⁵⁶ um engano que tem dado lugar a interpretações incorretas registradas na historiografia, de que o governo argentino teria fornecido a munição utilizada pela força naval brasileira para bombardear Paissandu, o que não ocorreu.

Embora a esquadriha tenha permanecido surta no porto da cidade, as operações só foram retomadas após a chegada, em 29 de dezembro de 1864, das forças de Menna Barreto, marcando-se então o assalto para o último dia do ano. Sobre essa força, esclarecemos que embora somasse 5.711 homens, somente 1.695 eram soldados de infantaria. Os outros se dividiam entre artilharia,

198, incluindo os oficiais, e cavalaria, 3.818. Eram 12 canhões,⁵⁷ La Hitte de calibre 4 e canhões-obuses de calibre 12. Na noite de 30 de dezembro, foram levadas para colina da Bella Vista, além daquelas peças, 2 de calibre 30 e 2 de 32⁵⁸, enquanto as tropas de infantaria eram posicionadas para o ataque.

Na madrugada de 31, no momento em que o sol nascia, um canhão de Paissandu disparou contra a bateria da Bella Vista, tendo como resposta uma “bordada” de 16 tiros, secundados pelos canhões mais pesados da esquadrilha, o que marcou o início da destruição efetiva do centro da cidade, sobre o qual caíram centenas de projéteis até perto das 10h da manhã, quando acabou a munição dos canhões do exército⁵⁹ e se preparou o ataque da infantaria, desencadeado uma hora depois, com o apoio da artilharia volante. A impressão dos defensores sobre o bombardeio sofrido pode ser resumida em uma única expressão, escrita por uma testemunha, “dilúvio de fogo”. Aliás, o núcleo central, onde se concentrou a defesa, alvo da artilharia, estava tão danificado ao final dos combates que as fotografias feitas em janeiro de 1865 daquela parte da cidade acabaram por ajudar a espalhar a ideia de que Paissandu teria sido completamente arrasada, e que foi repercutida pela historiografia uruguaia, mas que, de fato, não aconteceu.⁶⁰

No ataque que se seguiu, e no qual tomaram parte também oficiais e praças da marinha imperial, durante 48 horas ininterruptas, as forças *coloradas* e brasileiras, compostas pelas brigadas comandadas pelos coronéis Carlos Resin e Antonio de Sampaio, ocuparam casas, telhados, ruas e terrenos, abrindo buracos nas paredes com baionetas, avançando lentamente e permanecendo nas posições conquistadas ao cair das noites de 31 e 1^o, obtendo a rendição dos defensores de Paissandu na manhã de 2 de janeiro de 1865.⁶¹

Após a queda da cidade, as forças brasileiras reorganizaram-se e iniciou-se, em meados de janeiro, a marcha para Montevidéu, com a cavalaria e a artilharia indo por terra, enquanto a infantaria seguia embarcada na esquadrilha, voltando a reunir-se em Santa Lucia e daí aproximando-se da

capital uruguaia para colocá-la sob cerco, sofrendo o bloqueio naval em 2 de fevereiro, dando uma semana de prazo para a retirada dos navios neutros para posições em que não interferissem nas operações da frota imperial. Bem se pode avaliar o duplo impacto, da visão de mais de uma dezena de navios tomando posição para ação e as notícias do bombardeio de Paissandu. Como se aproximava o final do mandato do Presidente Aguirre, os representantes diplomáticos estrangeiros no território oriental solicitaram o adiamento das ações bélicas brasileiras, ao mesmo tempo em que buscavam uma solução que evitasse o ataque. Por fim, após idas e vindas, foi eleito no dia 15 um novo presidente, o Senador Thomaz Villalba, que se pôs em acordo com Flores, através do Convênio de 20 de fevereiro, o que pôs fim ao conflito entre o Brasil e o Uruguai.⁶²

AÇÕES INICIAIS DA MARINHA NA GUERRA DO PARAGUAI (1865)

Enquanto o Brasil estava empenhado contra o Uruguai, o Paraguai, sob o pretexto de que o império ameaçava o equilíbrio de forças no Prata com a absorção daquele estado, passou das palavras à ação aprestando, em 12 de novembro de 1864, o vapor mercante *Marquês de Olinda*, encarcerando a maior parte dos passageiros e tripulação. Era o início da guerra, e mesmo com a invasão do Mato Grosso em dezembro, foi somente em fevereiro de 1865, com o fim da campanha uruguaia, que o governo e as forças brasileiras voltaram suas atenções para a república mediterrânea, contando Venâncio Flores como aliado.

Enquanto a divisão do exército imperial permaneceu acampada junto ao Cerro de Montevidéu, Tamandaré seguiu na *Niterói*, junto com parte da frota, para Buenos Aires, estabelecendo em terra a Secretaria do Comando em Chefe, mantendo a bordo da corveta mencionada sua insígnia,⁶³ pois as futuras ações já demandavam sua atenção. Entre elas, o suprimento de carvão para seus vapores, a respeito do que, segundo um de seus secretários, dizia “Carvão é ouro, temos de trocá-lo por libras esterlinas”, ordenando que se poupasse aquele

combustível o máximo possível, e que a navegação fosse feita preferencialmente à vela, mesmo nos rios Uruguai e Paraná.⁶⁴ Além disso, preocupou-se em apresentar um plano de guerra, datado de 3 de março de 1865, que guardava grande semelhança com o que o Marquês de Caxias propôs em janeiro daquele ano.⁶⁵ Ao mesmo tempo em que essas ações ocorreram, a força naval no Prata foi reforçada, chegando a ter 19 navios em abril de 1865, o mesmo número de 10 anos antes, quando da Missão Ferreira de Oliveira (gráficos n^{os} 1 e 2).

Desde a eclosão do conflito entre o Paraguai e o Brasil, a Confederação Argentina insistiu em sua neutralidade, tendo parte do seu território, a província de Corrientes, situada entre os dois beligerantes. Não causa espanto, pois, que sendo a rota mais curta e direta, tanto o Brasil como o Paraguai tivessem solicitado permissão para cruzarem aquela parte do território argentino, o que foi negado a ambos. Por isso, a principal via de comunicação entre os inimigos era o Rio Paraná, que fora aberto à navegação após a queda de Rosas.

Embora o vice-almirante tivesse o desejo de enviar logo um grupo de canhoneiras rio acima para bloquear o Paraguai, houve a necessidade de prover os navios de tudo que precisassem, reduzindo a dependência de fornecimento.⁶⁶ Assim, somente em 3 de abril⁶⁷ a força, comandada pelo Capitão de Mar e Guerra José Segundino de Gomensoro, nomeado comandante da 3^a Divisão, começou a remontar o Paraná, navegando na seguinte ordem "1^o Ypiranga, 2^o Jequitinhonha com a insígnia, 3^o Beberibe, 4^o Iguaçu, 5^o Itajahy, 6^o Araguay, 7^o Belmonte, 8^o Mearim, [sendo que] as duas últimas [estavam] rebocando o transporte brigue Pepiriguassu (sic)"⁶⁸, tocando em Goya, Província de Corrientes, no dia 28, quando comunicou ao chefe político local o efetivo início do bloqueio. Navegando rio acima, a força chegou à Bella Vista em 1^o de maio, distante cerca de 800 km de Buenos Aires, o que foi considerado muito demorado na época, gerando críticas então, e que são reproduzidas ainda hoje.⁶⁹ Encontrou o governador da província, Manuel Lagraña, que pediu proteção para aquela região.

Enquanto isso o líder paraguaio Francisco Solano López, que havia obtido sucesso nas suas ações contra o Mato Grosso, agora voltava suas atenções para o Prata. Ele, que desconfiava da neutralidade do Presidente Mitre, acreditava poder contar com o apoio do Caudilho Justo José de Urquiza, governador da Província de Entre-Ríos, além da simpatia de alguns correntinos. Solano López, confiando no tamanho de seu exército para derrotar seus inimigos, e ciente de que a esquadra imperial seria um fator de mobilidade para o Brasil, decidiu novamente tomar a iniciativa ao declarar guerra também à Argentina e atacando de surpresa em 13 de abril de 1865 a cidade de Corrientes, tomando-a e capturando dois navios da marinha daquele país que ali estavam, realizando nos dias seguintes frequentes desembarques de tropas, atingindo pouco mais de 20.000 homens ainda naquele mês, contra os quais os argentinos só dispunham de um exército com 6.391 soldados espalhados pelo país.⁷⁰

A invasão de Corrientes motivou, em 24 de abril, o envio para aquela província da 1^a Divisão do exército argentino, sob o comando do General Wenceslau Paunero, a bordo de três vapores argentinos, *Pavón*, *Pampero* e *Espigador*, rebocando goletas, um parque de artilharia e transportando 1.200 homens, chegando à Bella Vista em 2 e 4 de maio, onde, como já vimos, estava o esquadrão brasileiro comandado por Gomensoro.⁷¹

Ainda em abril, no dia 30, partiu de Buenos Aires a fragata *Amazonas*, com a insígnia do Chefe de Divisão Francisco Manoel Barroso, nomeado comandante da 2^a Divisão, acompanhado das canhoneiras *Ivaí* e *Parnaíba*, levando também a bordo parte da 9^a Brigada de Infantaria, comandada pelo Coronel João Guilherme de Bruce, constituída em 1^o de março de 1865, com forças que haviam chegado do Brasil no mês anterior, sendo embarcados o Corpo Policial do Rio de Janeiro e o Corpo de Guarnição do Espírito Santo, somando perto de 1.000 homens, e que tinham a missão de guarnecer os navios do esquadrão.⁷²

Tendo López atacado o Brasil e depois a Argentina, ele propiciou as condições para que aqueles países e mais o Uruguai, aliado dos brasileiros, assinassem em 1^o de maio o

Tratado da Tríplice Aliança, onde se estabeleceu que o comando-geral das forças terrestres estava ao cargo do Brigadeiro Bartholomé Mitre, enquanto o das forças navais cabia ao Barão de Tamandaré.

Como vimos acima, Gomensoro fora criticado pelo demasiado tempo gasto no seu deslocamento, sendo inclusive responsabilizado por não ter defendido a cidade de Corrientes quando da invasão paraguaia.⁷³ Ocorre que em ofício do comandante da *Jequitinhonha*, 1º Tenente Joaquim José Pinto, de 17 de maio de 1865, ao ministro residente em Buenos Aires, foi reportado que “o rio está muito seco, [e] viemos, como se diz, com passo de boi, tendo tido dias de pouco ou nada navegar, por esperar um ou outro [vapor] que encalhava, até finalmente alcançarmos a Bela Vista no dia 1º deste mês”.⁷⁴ Eram, portanto, condições sazonais que interferiam na marcha das operações, algo que os profissionais militares sabem que podem ocorrer, mas que a maioria dos estudiosos civis muitas vezes ignora, tirando conclusões equivocadas. Essas condições eram ainda agravadas pela ordem, citada anteriormente, no sentido de poupar carvão, navegando-se preferencialmente a vela, o que reduzia em muito a velocidade de progressão.

Nesse tempo os paraguaios, sob o comando do General Wenceslau Robles, vinham avançando desde Corrientes, mantendo-se próximos à margem do Paraná, sendo observados à distância por forças da cavalaria argentina sob comando do General Nicanor Cáceres, por estarem inferiorizados numericamente. Assim, em 2 de maio, quando o General Paunero chegou no *Pavón* em Bella Vista, ele buscou obter do Comandante Gomensoro apoio para as ações que o exército argentino buscava realizar. E assim permaneceu até o dia 10, quando Paunero recebeu notícias de que os paraguaios haviam abandonado Empedrado, cerca de 70 km ao norte, e julgou que seria conveniente sua ocupação. As tropas argentinas embarcaram em alguns navios do esquadrão e prosseguiram naquela direção no dia 12, chegando próximo daquele lugar em 13, quando se soube que, longe de abandonar a localidade, os paraguaios seguiam céleres

rumo ao sul, em direção à Bella Vista, fazendo com que brasileiros e argentinos fossem rio abaixo, indo todos os navios para o Rincón del Soto, perto de Goya, cerca de 70 km ao sul de Bella Vista, onde o Chefe Barroso encontrou-os em 20 de maio.⁷⁵

E aqui constatamos que o comandante da 2ª Divisão também demorou em sua viagem, iniciada no dia 30 do mês anterior, pois navegaram apenas de dia, e ainda assim a *Amazonas* encalhou em 6 de maio, só conseguindo flutuar mais de 24 horas depois, a custo de “grandes esforços”. E enquanto a *Amazonas* voltava a flutuar, agora era a *Ivaí* que encalhava no dia 7. Com o rio baixando, a situação tornava-se ainda mais aflitiva, levando Barroso, em carta para Tamandaré, a considerar que “não há passo para o Amazonas, [e] esta desagradável notícia desorientou-me e estou com a cabeça que se me parte”.⁷⁶ Assim, deixando a *Ivaí* junto à fragata, “passou-se o Chefe Barroso no dia 17 para o pacote argentino Eufrazia, de onde transferio-se para o Beberibe que tinha descido” e nele subiu até reunir-se às 2ª e 3ª divisões, onde assumiu o comando da força naval, no dia 20.⁷⁷ Também o Coronel Bruce, seu Estado-Maior e tropa que estavam porventura nos navios que ficaram passaram para a *Parnaíba* e *Beberibe*, seguindo rio acima.

Como ficam evidentes, as ações iniciais argentino-brasileiras tinham sido inócuas, tanto em função da variação do nível do Rio Paraná, retardando a progressão do esquadrão, como pelo deficiente sistema de informações do exército argentino, que levava a força naval a deslocar-se inutilmente, comprometendo seus suprimentos, especialmente carvão. Parecia que nada iria deter os paraguaios que, após se apossarem de Bella Vista, agora tinham os olhos postos em Goya. A documentação da época não é clara, mas em função da situação em que se encontravam é muito provável que Paunero tenha instado Barroso a apoiá-lo em uma ação em que o exército argentino pudesse combater e, mesmo que momentaneamente, pudesse deter a marcha avassaladora dos invasores.⁷⁸ E Barroso tinha consciência de que, contando apenas com seus recursos, os argentinos não teriam qualquer chance.

O alvo mais importante, naquele momento, era Corrientes, como a principal cidade naquele trecho do rio, e as informações que colheu sobre a força existente então naquele ponto, entre 22 e 23 de maio⁷⁹, acabaram por determinar a decisão pela ação.

Em 24 iniciou-se o deslocamento rio acima, com os vapores levando os transportes, goletas e outros navios de vela a reboque. Na manhã do dia 25 de maio, data nacional argentina, os navios brasileiros hastearam a bandeira argentina em seus mastros grandes, e os barcos argentinos responderam fazendo o mesmo com a bandeira brasileira.⁸⁰ O *Pirabebe*, barco paraguaio que estava de atalaia no meio do rio, despertou fogos e, algum tempo depois, sumiu águas acima. A frota deixou os reboques 5 milhas abaixo de Corrientes, na margem chaquenha e os vapores brasileiros prosseguiram então a examinar a capital correntina, dando fundo às 11h. Após observar a cidade e escolhido o local de desembarque, Barroso e Paunero passaram a ação, mandando os barcos argentinos subirem, sob proteção de belonaves brasileiras, enquanto o resto da frota imperial era colocada em duas linhas. Os argentinos começaram o desembarque às 15h45m em levas, sendo confrontados pelos paraguaios, estimados entre 1.600 e 2.000. Enquanto parte do esquadrão atirava⁸¹ sobre as ruas e edificações onde estava o inimigo, posicionado perto da margem na parte norte da cidade, outros navios preparavam o desembarque de companhias do exército imperial⁸², inclusive com artilharia. Com a tropa em terra, a força naval suspendeu o fogo. O arrojo da infantaria argentina, coadjuvada pela infantaria e artilharia volante brasileiras, acabou por impor a derrota aos paraguaios no final da tarde daquele dia, quando eles evacuaram a cidade e as forças dos exércitos aliados nela acamparam.⁸³

Contudo, logo se verificou que a cidade não possuía suprimentos para sustentar os ocupantes, além de batedores começarem a trazer informes sobre vinda de reforços paraguaios para buscar a retomada da cidade, levando o comandante argentino a reembarcar suas forças e abandonar a cidade na manhã do dia 27, sendo que embarcaram também muitos correntinos que desejavam

se colocar a salvo. O General Paunero escreveu que “a esquadra brasileira sob comando do general (sic) Francisco Manuel Barroso, que tantos serviços tem já prestado ao exército [argentino], nos auxiliou também de uma maneira muito importante, dirigindo certos disparos sobre o quartel que ocupava o inimigo”.⁸⁴

Mas enquanto os barcos argentinos desciam para Rio Paraná, escoltados pela *Itajaí*, para colocar-se em segurança, Barroso tomara uma decisão: “Em Corrientes, ficarei a ver se aparece a Esquadra paraguaia; bom cuidado terá ela em não o fazer”, mantendo o bloqueio ordenado anteriormente. Assim, a força brasileira fundeou em duas linhas praticamente no mesmo local em que deixara os navios rebocados no dia 25, cinco milhas abaixo de Corrientes, junto ao Chaco, na margem direita, em frente a um monumento existente na margem esquerda, chamado de Coluna, colocando um navio em lugar conveniente para vigiar o tráfego no rio. Tendo por volta de 2.200 homens, da armada e do exército para alimentar, Barroso deu ordem para que “toda a Esquadra” colhesse ou fizesse lenha para as caldeiras, buscando preservar o carvão disponível, e à espera dos navios contratados para trazer o mesmo.⁸⁵

Era evidente a falta que a *Amazonas*, o navio mais poderoso, fazia, deixado ao sul por falta de passagem porque o rio estava baixo. Mas houve uma subida inesperada e contínua do nível d’água e, já em 17, com o *Ivaí* sondando a frente, prosseguiram com cuidado rumo ao norte, navegando apenas de dia. Assim, em 28 de maio, já acompanhados dos vapores argentinos *Hercules* e *Eufrazia*, e levando a reboque o bergatim *Anna Maria* e o patacho *Giovanni Costa*, estes com os tão aguardados suprimentos de carvão e mantimentos encontraram-se, pouco acima de Bella Vista, com a força argentina que descia desde Corrientes escoltada pela *Itajaí*. Ali Paunero pediu que a *Ivaí* também permanecesse para proteger os transportes argentinos, abarrotados de soldados e civis, o que foi atendido. Em 30 de maio a *Amazonas* e os demais navios mercantes alcançaram a força estacionada em frente à Coluna, começando então a faina de trans-

bordo do carvão para os vapores do esquadrão e, na manhã seguinte, Barroso voltou para a sua nau capitânia, seguido do Coronel Bruce e seu Estado-Maior, organizando ainda “a tropa [da 9ª Brigada] pelos navios, ficando em proporção e por companhias e corpos, para assim estarem mais prontos”⁸⁶ para a ação que não tardaria a ocorrer no mês seguinte.

CONCLUSÕES

Durante boa parte do século XIX, a Região do Rio da Prata foi uma área de preocupação para o governo brasileiro, e sendo os rios a principal via de comunicação, a força naval era aquela que poderia mais rapidamente agir naquele teatro de operações. Daí o estabelecimento da Estação Naval em Montevideu já nos anos 1840, marcando a presença imperial ali.

Como vimos, a chamada “Missão Pedro Ferreira de Oliveira” teve graves erros de concepção, na medida em que as instruções diplomáticas conflitavam com o aparato bélico que a acompanhava, colocando o enviado brasileiro em situações de difíceis decisões, já que era sobretudo uma missão diplomática. Embora em tese prevista com mais de um ano de antecedência, foi deixado nas mãos de seu comandante tratar de aspectos logísticos no momento mesmo em que a missão acontecia, algo totalmente inadequado, denunciando uma indesejada falta de planejamento. A mistura de navios a vapor e a vela, além de prejudicar a velocidade de deslocamento, era um empecilho a mais em caso uma situação de combate, pois aqueles últimos, dependentes do vento, ficariam reféns do tipo de propulsão que tinham. E, para agravar, ocorria naquele ano a situação de uma cheia pouca expressiva dos rios, com o resultado que vimos anteriormente. Para além do fracasso na questão dos tratados, a expedição do Chefe Ferreira de Oliveira, ao remontar o Paraná no trecho argentino, mostrou aos paraguaios “que já não lhes bastava sua posição geográfica para defender-se do Brasil”,⁸⁷ e que eles deveriam se preparar para o futuro. A Fortaleza de Humaitá foi sua consequência mais expressiva.

Ao contrário de 1854-1855, o Brasil se preparou sim para uma guerra contra o Paraguai em 1857-1858 que, a princípio, se pautaria por uma invasão através de Itapúa/Encarnación, atravessando o território correntino, ação na qual a força naval seria responsável por transportar a tropa brasileira de uma margem para outra do Rio Paraná. Além do aumento do número de navios na estação em Montevideu, houve a ordem de construção de 10 belonaves na Europa, com pouco calado, capazes de atuar naquela região. E, embora tivessem deficiências, eles logo mostrariam serviço.

As ações no conflito com o Uruguai mostraram que alguns dos barcos acima citados tinham problemas de velocidade, o que poderia ser problemático, caso não atuassem de forma coordenada. O incidente com o *Villa del Salto* exemplificou isso. Por outro lado, a força naval dava preponderância nos rios ao Brasil, e isso se fez sentir, inicialmente, com a imobilização dos navios uruguaios e depois, na rendição de Salto, consequência da ameaça real de bombardeio e da impossibilidade de socorro. A tentativa de agir da mesma maneira em Paissandu não levou em conta os aspectos naturais, como sua posição geográfica, longe do rio e no alto de uma colina. O resultado é que mesmo sob o fogo dos canhões dos navios e dos ataques terrestres, ficou claro que os projéteis navais não infligiam danos efetivos aos defensores, já que as pontarias não podiam ser feitas adequadamente, e que os efetivos de infantaria eram insuficientes para um ataque com possibilidade de êxito. Mas, mantendo o bloqueio e a vigilância no rio, e instalando uma bateria com canhões navais ao norte da cidade, o fogo combinado com as peças de 68 e 70 começaram a fazer estragos no centro da cidade, núcleo da defesa, e que se tornaram extensos quando do bombardeio realizado em 31 de dezembro de 1864, com mais de uma dúzia de peças atirando e preparando terreno para o ataque da infantaria brasileira e *colorada*, que obtiveram a rendição em 2 de janeiro de 1865.

O poder destrutivo do fogo dos canhões navais em Paissandu acabou por gerar uma vantagem psicológica, pois, quando o esquadrão brasileiro se apresentou em

frente ao porto de Montevidéu, a ideia, mesmo que equivocada, de que aquela cidade do noroeste uruguaio teria sido arrasada pelos mesmos navios e armas que agora ali estavam em frente da capital uruguaia levou muitos habitantes à fuga, diminuindo o ânimo dos defensores que, por fim, acabaram abandonando a praça, que caiu sem que fosse necessária qualquer ação militar mais efetiva.

As ações iniciais contra o Paraguai em 1865 trouxeram de volta o problema da sazonalidade dos rios, além de aspectos geomorfológicos pouco lembrados, como a mudança dos bancos de areia, alterando por vezes o canal fluvial, fazendo com que os comandantes dos navios dependessem, muitas vezes, da perícia ou imperícia de seus práticos. Naquele momento, diferente do que ocorrera dez anos antes, a frota era constituída essencialmente de vapores que, embora mais rápidos, dependiam dos suprimentos de carvão para operar. Para planejar esses e outros pontos, Tamandaré decidiu ficar em Buenos Aires, algo que foi condenado na época, sem que os críticos recordassem que os meios de comunicação eram muito limitados, e que colocar-se à frente das operações significava aumentar o tempo para receber informações e tomar decisões. Portanto, naquele momento, a posição de Tamandaré era mais do que razoável.

Se o ataque de Solano López à Corrientes trouxe a Argentina para o lado do Brasil e do Uruguai, mostrava também ela não estar preparada para o conflito que eclodira. A famosa frase de Mitre dizendo “em 24 horas ao quartel, em quinze dias em Corrientes, em três meses em Assunção”⁸⁸ era pura fantasia e, ao lançar as tropas de Paunero rio acima em abril de 1865, ele correu um sério risco de derrota. E aí a força naval brasileira deu um apoio fundamental ao exército argentino, atuando como um vetor, transportando-o através do rio, para além do alcance das forças de Robles. Embora desprezado na época, o golpe de mão em Corrientes representou a primeira vitória argentina na guerra, sendo muito importante para a moral daquele país. Por outro lado, praticamente cortou a marcha triunfal paraguaia rumo ao sul, pois López logo compreendeu que sua linha de comunicações estava exposta a ser novamente picada pela “vespa naval”, e que ele precisava eliminá-la. Mas essa é outra história...

Por fim, consideramos que, na exposição que fizemos, evidenciou-se que, por vezes, os aspectos naturais e técnicos foram fundamentais para determinar a dinâmica dos eventos e seus resultados. Assim, observamos que esses pontos não devem ser menosprezados, porque também compõem, em menor ou maior grau, a trama do fato histórico.

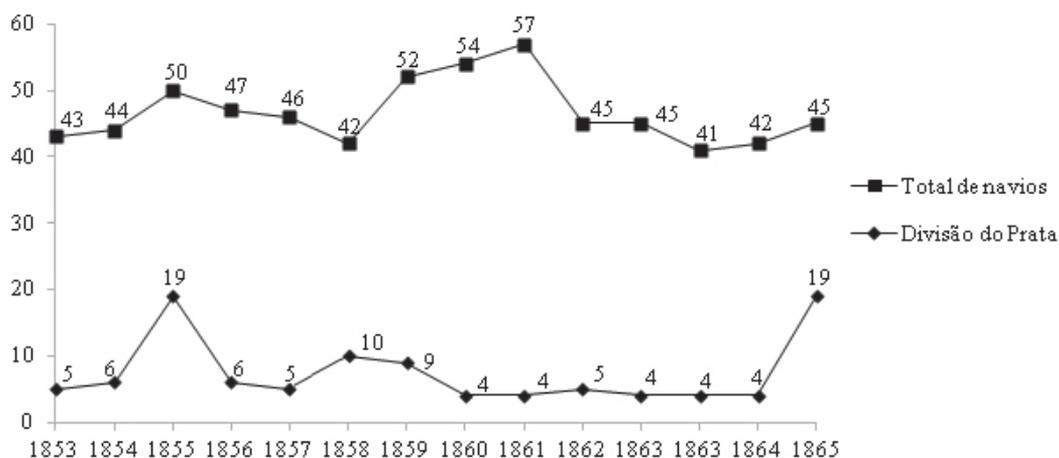


Gráfico nº 1 – Quantidade total de navios ativos da Marinha de Guerra do Brasil e na Estação Naval do Rio da Prata entre 1853 e 1865

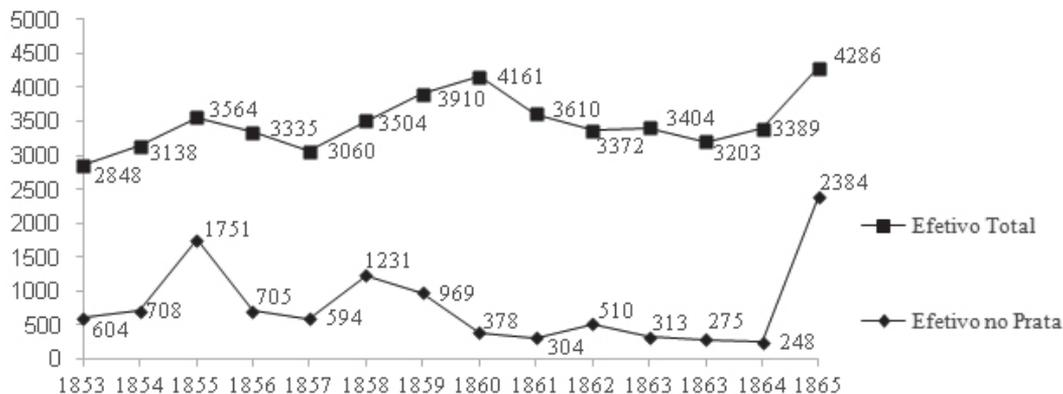


Gráfico nº 2 – Efetivo total da Marinha de Guerra do Brasil e na Estação Naval do Rio da Prata entre 1853 e 1865

Fontes: BRASIL. Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, anos de 1853 a 1865.

Obs 1: Os mapas da força naval ativa constantes dos relatórios foram produzidos nos meses de abril e maio do ano indicado, exceto em 1863, quando foi confeccionado em dezembro.

Obs 2: Foram incluídos também como navios ativos aqueles destinados ao transporte de tropa.

Obs 3: Nos relatórios de 1853 a 1857, foram considerados fora do efetivo total pequenas embarcações e tripulações das mesmas na Província do Mato Grosso. No relatório de 1858 não houve qualquer menção. A partir de 1859, inclusive, a Estação Naval do Mato Grosso passa a integrar a força naval do império.

Obs 4: No cômputo dos efetivos, foram somados oficiais e praças.

¹ Para maiores informações sobre os combates daquela guerra e outras em que o Brasil participou, seja como colônia, seja como estado independente, recomendamos DONATO, Hernâni, *Dicionário de Batalhas Brasileiras*. [2. ed.], Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., São Paulo: IBRASA, 2001.

² RAMOS, R. Antonio. *La Política del Brasil en el Paraguay: Bajo la dictadura de Francia*. [1. ed.], Buenos Aires: Editorial Ayacucho, [1944], pp. 211 e 213, Ofício de Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro y Secretario de Estado de Negocios extranjeros, a Don Tomas Guido, Enviado extraordinario y Ministro plenipotenciário de la Confederacion argentina, Rio de Janeiro, 29 de Julio de 1845, El Paraguay Independiente, nº 28, 13 de noviembre de 1845 In: *El Paraguay Independiente*. 2. ed., Asunción: Imprenta de la República, 1859, V1, p. 292.

³ A esse respeito indicamos RODRÍGUEZ ALCALÁ, Guido y ALCÁZAR, José Eduardo. *Paraguay y Brasil: Documentos sobre las relaciones binacionales 1844-1864*. 1. ed. Asunción: Tiempo de Historia, 2007, pp. 29-77.

⁴ El Paraguay Independiente, nº 116, 4 de setiembre de 1852 In: *El Paraguay Independiente*. 2. ed. Asunción: Imprenta de la República, 1859, V2, p. 589. O texto do tratado pode ser consultado em RODRÍGUEZ ALCALÁ y ALCÁZAR, op. cit., pp. 196-199.

⁵ A respeito ver, por exemplo, as observações nos mapas demonstrativos da Força Naval de 1841 e 1842, existentes nos relatórios anuais dos ministros da Marinha dos anos indicados. Esclarecemos que praticamente todos os relatórios ministeriais produzidos entre 1821 e 1993, além de outros documentos oficiais relativos ao Brasil, estão disponíveis para consulta, há mais de dez anos, no sítio < <http://www-apps.crl.edu/brazil> >.

⁶ BRASIL, *Relatorio da Repartição dos Negocios Estrangeiros apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Segunda Sessão da Nona Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Antonio Paulino Limpo de Abreu*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1854, pp. XXIX e XXX.

⁷ BRASIL, *Relatorio da Repartição dos Negocios Estrangeiros apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Terceira Sessão da Nona Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Visconde de Abaeté*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1855, p. XLII.

⁸ PARANHOS, José Maria da Silva [futuro Viscon de do Rio Branco]. Sessão em 4 de julho de 1866. In BRASIL, *Annaes do Senado do Imperio do Brasil, Quarta Sessão em 1866 da 12ª Legislatura, de 1 a 31 de julho*. Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1866, p. 34. Silva Paranhos era o ministro da Marinha quando do envio da Missão Ferreira de Oliveira ao Paraguai.

⁹ Um prato de lentilhas, *O Grito Nacional*, Rio de Janeiro, nº 689, 8 de julho de 1854, p. 4 e Chronica da Quinzena, *Revista Maritima Brasileira*, Rio de Janeiro, Vol IV, nº 7, 15 de outubro de 1854, p. 6. Não encontramos qualquer evidência que a escolha tenha sido feita pessoalmente por D. Pedro II, como afirmou BENÍTES, Gregorio. *Anales Diplomático y Militar de la Guerra del Paraguay*. [1. ed.], Asunción: Establecimiento Tipográfico de Muñoz Hnos, 1906, V1, p. 57, sem apresentar qualquer base para o que escreveu a respeito.

¹⁰ Chronica da Quinzena, *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, Vol IV, nº 12, 1º de janeiro de 1855, p. 7.

¹¹ Na mesma data Ferreira de Oliveira recebeu suas instruções diplomáticas, assinadas pelo Visconde de Abaeté. RAMOS, R. Antonio. *Juan Andrés Gelly*. [1. ed.]. Buenos Aires: Talleres Gráficos Lucania, 1972, p. 441.

¹² Aqueles navios brasileiros não eram movidos exclusivamente a vapor, pois dispunham de mastros e velame. Tecnicamente eram navios de propulsão mista, fato só alterado com a chegada dos monitores, já em plena Guerra do Paraguai.

¹³ Era a *Maracanã*.

¹⁴ *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 316, 17 de novembro de 1854, p. 1, nº 338, 10 de dezembro de 1854, p. 1 e nº 339, 11 de dezembro de 1854, p. 4.

¹⁵ Os dados numéricos relativos à expedição têm sido frequentemente referidos de forma equivocada, ora com um tamanho menor, como em FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. [3. ed.], Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009, V1, p. 92, que indicou 12 navios, ora superdimensionados, como em TEIXEIRA, Fabiano Barcellos. *A Primeira Guerra do Paraguai: a expedição naval do império do Brasil a Assunção [1854-57]* (sic). 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012. Disponível em: < https://secure.upf.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=607 >. Acesso em: 18 jan. 2015, 18:20:30., ff. 74-75, que apontou 36 navios!

¹⁶ Mappa dos Navios de que se compõe a Força Naval no Rio da Prata, sob o commando em chefe do Chefe de Esquadra Pedro Ferreira de Oliveira, *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, Vol IV, nº 12, 1º de janeiro de 1855, p. 8. *Jornal do Commercio do Rio de Janeiro*, nº 4, 4 de janeiro de 1855, p.1 e *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 5, 5 de janeiro de 1855, p.1. O jornal paraguaio *El Semanario de Avisos y Conocimientos Utiles*, de Assunção, nº 89, de 13 de março de 1855, p. 1-2 republicou matéria do *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ns. 8 e 9, de 8 e 9 de janeiro de 1855, p.1, que por sua vez reproduziu as informações da edição do *Jornal do Commercio* já referida, com vários erros, tal como chamar a *Revista Marítima Brasileira* de *Jornal Marítimo*, algo que TEIXEIRA, op. cit, pp. 73-74, não percebeu, assim como as críticas, feitas apenas pelo diário carioca, e não pela publicação naval.

¹⁷ E não como escreveu FRAGOSO, op. cit., V1, pp. 91-92.

¹⁸ BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. A Missão "Pedro Ferreira de Oliveira". *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 9, p. 165, 1970.

¹⁹ MAILLEFFER, [Pierre-Daniel] Martin, Consulado General de Francia en Montevideo, Dirección Política, N. 32 e 33 [al Ministro de Relaciones Exteriores de Francia Drouyn de Lhuys], 5 Enero 1855 e 2 Febrero 1855. [Traducción del francés por Mercedes Massera Lereña]. *Revista Histórica*, Montevideo, v. 18, n. 51, p. 547 e pp. 555 e 556, set. 1952. Tradução nossa. Ou seja, não houve embarque de tropa do exército na Corte em 10 de dezembro de 1854, como equivocadamente referiu FRAGOSO, op.cit., V1, p. 92.

²⁰ BRASIL. *Relatorio apresentado a Assembléa Geral Legislativa na Terceira Sessão da Nona Legislatura pelo Ministro e Secretário d'Estado dos Negocios da Marinha José Maria da Silva Paranhos*. Rio de Janeiro: Empreza Typographica Nacional do Diário, 1855, pp. 12-13. A Corveta *Bahiana* e o vapor *Thetis* ficaram no Rio da Prata.

²¹ Entre 1854 e 1861, a capital da Província de Entre-Ríos foi a capital federal argentina.

²² TEIXEIRA, op.cit., p. 135, ao transcrever o ofício do cônsul Decoud, omitiu esse navio.

²³ DECOUD, Pedro Nolasco al Ministro de las Relaciones Exteriores de la República del Paraguay, Paraná, 5 de febrero de 1855 In RODRÍGUEZ ALCALÁ y ALCÁZAR, op. cit., pp. 271-273. Tradução nossa. As informações oficiais brasileiras e essa comunicação do representante diplomático paraguaio não deixam dúvidas sobre o número e composição da força naval que se destinava ao Paraguai em 1855, o que significa que os dados apresentados por TEIXEIRA, op. cit., pp. 74-75 são claramente equivocados.

²⁴ RAMOS, op. cit, 1972, pp. 435, 437-438.

²⁵ BENÍTES, op. cit., pp 16, 55 e 56. Tradução nossa.

²⁶ OLIVEIRA, Pedro Ferreira. Ofício de 25 de abril de 1855 ao Visconde de Abaeté. In: BASTOS, op. cit., p. 166.

²⁷ RAMOS, op. cit, 1972, pp. 441, 442 e 443. Tradução nossa.

²⁸ RAMOS, op. cit, 1972, pp. 445-446 e 448. Tradução nossa, [PEREIRA DA COSTA], op. cit., V1, p. 20.

²⁹ OLIVEIRA, Pedro Ferreira de. Ofício de 23 de maio de 1855, para o Ministro de Estrangeiros. In: PINTO, Antonio Pereira. *Apontamentos para o direito internacional*, ou Collecção completa dos tratados celebrados pelo Brazil com diferentes nações estrangeiras, acompanhada de uma noticia historica, e documentada sobre as convenções mais importantes. [1. ed.], Rio de Janeiro: Typographia Nacional, V4, 1869, pp. 115, 113, 112.

³⁰ MAILLEFFER, [Pierre-Daniel] Martin, Consulado General de Francia en Montevideo, Dirección Política, N. 37 [al Ministro de Relaciones Exteriores de Francia Drouyn de Lhuys], 5 Mayo 1855. [Traducción del francés por Mercedes Massera Lereña]. *Revista Histórica*, Montevideo, v. 18, n. 51, p. 584, set. 1952. Tradução nossa.

³¹ Prova de que o insucesso da missão fora causado pelo planejamento inadequado do governo brasileiro é que Ferreira de Oliveira, ao retornar, não sofreu qualquer sanção e sua carreira não prejudicada. Tanto é que no final da década de 1850 foi nomeado Diretor da Escola de Marinha, cargo no qual estava quando faleceu em 1860.

³² MONIZ BANDEIRA, [Luiz Alberto de Vianna], *o Expansionismo Brasileiro: o papel do Brasil na Bacia do Prata; da colonização ao império*. [1. ed.], Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985, pp. 169-170.

³³ CASTRO, A.[dler] H.[omero] F.[onseca de], La cuasi guerra de 1857-1858: Movilización brasileña para atacar Paraguay en las negociaciones de navegación fluvial. In: CASAL, Juan Manuel Casal, WHIGHAM, Thomas (eds.) *Paraguay en la historia, la literatura y la memoria: actas de las IV Jornadas Internacionales de Historia del Paraguay en la Universidad de Montevideo*. Asunción, Paraguay: Tiempo de Historia; [Montevideo, Uruguay]: Universidad de Montevideo, Facultad de Humanidades, 2015 (no prelo). Em 1854-1855 esses deslocamentos de tropas não ocorreram, já que a missão não era militar.

³⁴ BRASIL. *Relatorio apresentado a Assembléa Geral Legislativa na Segunda Sessão da Decima Legislatura pelo Ministro e Secretário d'Estado dos Negocios da Marinha José Antonio Saraiva*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1858, p. 3.

³⁵ Um apanhado geral dos discursos dos deputados pode ser lido em [PEREIRA DA COSTA, Francisco Felix], *História da guerra do Brazil contra as republicas do Uruguay e do Paraguay*, contendo considerações sobre o exercito do Brasil e suas campanhas no sul até 1852. Campanha do Estado Oriental em 1865. Marcha do exercito pelas

províncias argentinas. Campanha do Paraguai. Operações do exercito e da esquadra acompanhada do juízo crítico sobre todos os acontecimentos que tiveram lugar nesta memorável campanha, [1. ed.], Rio de Janeiro: Livraria de A.G. Guimarães & C., 1870, V1, pp. 105-126.

³⁶ *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 109, 20 de abril de 1864, p. 1 e nº 110, 21 de abril de 1864, p. 2.

³⁷ MOTA, Artur Silveira da. *Reminiscências da Guerra do Paraguai*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1982, p. 54.

³⁸ Embora a questão das represálias já constasse das instruções dadas a Saraiva quando partiu do Rio de Janeiro, a reunião das tropas do exército foi muito lenta. Foi somente em outubro de 1864 que houve a primeira ação terrestre, com a ocupação da Villa de Mello, perto da fronteira com o Rio Grande do Sul, mas com rápido retorno para o território do império, e apenas em dezembro a divisão comandada pelo Marechal de Campo João Propício Menna Barreto iniciou efetivamente a marcha para a invasão do Uruguai. Ver [PEREIRA DA COSTA], op. cit., V1, pp. 263-264.

³⁹ FRAGOSO, op. cit., V1, pp. 258-259. Sobre os aspectos diplomáticos da chamada “Questão Oriental” indicamos MONIZ BANDEIRA, op. cit., pp. 221-235.

⁴⁰ Ofícios do comandante da 3ª divisão naval no Rio da Prata ao comandante em chefe da esquadra brasileira, de 28 de agosto e 8 de setembro de 1864 In: BRASIL, *Relatorio da Repartição dos Negocios Estrangeiros apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Terceira Sessão da Decima-Segunda Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado João Pedro Dias Vieira*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865, Anexo N.1, pp. 80-82.

⁴¹ [PEREIRA DA COSTA], op. cit., V1, p. 181.

⁴² [PEREIRA DA COSTA], op. cit., V1, pp. 196-197. Na historiografia esse episódio é conhecido como convênio de Santa Lucia ou convênio de 20 de outubro.

⁴³ MOTA, op. cit., p. 59.

⁴⁴ [PEREIRA DA COSTA], op. cit., V1, pp. 201-203; SILVA PARANHOS, José Maria da [Barão do Rio Branco] Nota In: SCHNEIDER, L.[ouis von]. *A Guerra da Triplice Alliança (Imperio do Brazil, Republica Argentina e Republica Oriental do Uruguay) contra o Governo da Republica do Paraguay*. Traduzido do alemão por Manoel Thomaz Alves Nogueira e anotado por J.M. da Silva Paranhos [futuro Barão do Rio Branco]. [1. ed.], Rio de Janeiro, Typographia Americana, 1875, V1, p. 44; BORMANN, op.cit., pp. 138-140.

⁴⁵ SCHNEIDER, op. cit., p. 47.

⁴⁶ CORRÊA-MARTINS, Francisco José, Paysandú, Uruguay, 1 diciembre 1864 a 2 enero 1865: Entre ilusiones y realidades, en el comienzo de la Guerra de la Triple Alianza (1864-1870). In: CASAL, Juan Manuel Casal, WHIGHAM, Thomas (eds.) *Paraguay en la historia, la literatura y la memoria: actas de las IV Jornadas Internacionales de Historia del Paraguay en la Universidad de Montevideo*. Asunción, Paraguay: Tiempo de Historia; [Montevideo, Uruguay]: Universidad de Montevideo, Facultad de Humanidades, 2015 (no prelo). Com esses canhões os defensores não poderiam atingir os navios brasileiros, pois não tinham alcance para tanto.

⁴⁷ Ofício do Barão de Tamandaré ao Sr. conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima, ministro e secretario de estado dos negócios da marinha, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, nº 46, 15 de fevereiro de 1865, p.1.

⁴⁸ É bem mais comum do que se imagina o equívoco da inclusão do número de tripulantes dos navios como atacantes, esquecendo-se, talvez, que grande parte das tripulações era imprescindível à manobra das embarcações, sendo as guarnições das peças apenas uma parte delas. Além disso, as missões de ataque ou desembarque estavam afeitas aos integrantes do Batalhão Naval que porventura estivessem a bordo.

⁴⁹ CORRÊA-MARTINS, 2015, op.cit. A temeridade da decisão do ataque tomada por Tamandaré foi apontada por um dos seus secretários, registrando que o “Imperador havia dito dele nessa ocasião: *É bravo até abrir brecha com a cabeça*”. MOTA, op. cit., p. 59. Grifos no original.

⁵⁰ Ou seja, podiam efetuar um giro de grande amplitude em torno de seu eixo, em oposição aos canhões em bateria, cuja amplitude horizontal de tiro era bem mais restrita.

⁵¹ CORRÊA-MARTINS, 2015, op.cit. Tradução nossa.

⁵² O nome correto é Bella Vista.

⁵³ Ofício do Barão de Tamandaré ao Sr. conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima, ministro e secretario de estado dos negócios da marinha, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, nº 46, 15 de fevereiro de 1865, p.1, CORRÊA-MARTINS, 2015, op.cit.

⁵⁴ [PEREIRA DA COSTA], op. cit., V1, p. 208.

⁵⁵ Ofício do Barão de Tamandaré ao Sr. conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima, ministro e secretario de estado dos negócios da marinha, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, nº 46, 15 de fevereiro de 1865, p.1.

⁵⁶ SILVA PARANHOS, José Maria da, Primeiro Discurso – Sessão em 5 de junho de 1865 In: SILVA PARANHOS, José Maria da [Visconde do Rio Branco]. *A Convenção de 20 de fevereiro demonstrada á luz dos debates do Senado e dos successos da Uruguayana*. [1. ed.], Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1865, p.38.

⁵⁷ BORMANN, J.[osé] B.[ernardino]. *A Campanha do Uruguay (1864-65)*. [1. ed.], Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907, p. 180.

⁵⁸ Ofício do Barão de Tamandaré ao Sr. conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima, ministro e secretario de estado dos negócios da marinha, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, nº 46, 15 de fevereiro de 1865, p.1.

⁵⁹ [PEREIRA DA COSTA], op. cit., V1, p. 267. Para acelerar a marcha, só haviam sido trazidos 70 tiros por peça.

⁶⁰ CORRÊA-MARTINS, 2015, op.cit. Tradução nossa.

⁶¹ CORRÊA-MARTINS, 2015, op.cit. Foi o que chamamos hoje de um típico combate de localidade. Fica patente, pela referência dos efetivos disponíveis, que a cidade de Paissandu não sofreu cerco, como consta da documentação e na historiografia. A força naval teve baixas apenas entre aqueles que desembarcaram: “1 official (o 1º tenente Henrique Martins) e 10 marinheiros e soldados mortos, e 1 official e 30 marinheiros e soldados feridos”. SILVA PARANHOS, Notas In: SCHNEIDER, op.cit., p. 55.

⁶² [PEREIRA DA COSTA], op. cit., V1, pp. 309, SILVA PARANHOS, Notas In: SCHNEIDER, op.cit., pp. 62-68, BORMANN, op. cit., pp. 238-275.

⁶³ MOTA, op. cit, p. 54. Acreditamos que escolha de Buenos Aires, e não Montevideú, teve relação em postar-se imediatamente na foz do Rio Paraná, via de acesso primordial ao Paraguai, para maior vigilância.

⁶⁴ MOTA, op. cit, p. 62.

- ⁶⁵ ANTUNES, Euzébio José. *Memórias das Campanhas contra o Estado Oriental do Uruguai e a República do Paraguai durante o Comando do Almirante Visconde de Tamandaré*. [1. ed.], Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha: 2007, pp. 61-66. FRAGOSO, op. cit., V2, p. 18.
- ⁶⁶ Ainda assim fora comprado um depósito de carvão em Corrientes. Ver ANTUNES, op. cit., p. 71.
- ⁶⁷ ANTUNES, op. cit., p. 71. FONCECA, Ignacio Joaquim da. *A Batalha do Riachuelo*. [1. ed.], Rio de Janeiro: Typ. e lith. a vapor encadernação e livreria Lombaerts & comp., 1883, p. 5, indicou o dia 10 como o dia da partida.
- ⁶⁸ FONCECA, op. cit., p. 5. [PEREIRA DA COSTA], op. cit., V2, p. 112, escreveu que os navios não saíram simultaneamente, mas em dois grupos, espaçados de alguns dias, mas sem fazer referência ao *Peperi-Assu*.
- ⁶⁹ [PEREIRA DA COSTA], op. cit., V2, pp. 115-116. DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. [1. ed.], São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 136.
- ⁷⁰ DORATIOTO, op. cit., pp. 132 e 138, ANTUNES, op. cit., p. 97.
- ⁷¹ FONCECA, op. cit., p. 6, ANTUNES, op. cit., pp. 84 e 101. DORATIOTO, op. cit., p. 140, equivocou-se ao escrever que eram "apenas mil homens".
- ⁷² FONCECA, op. cit., p. 5, CORRÊA-MARTINS, Francisco José. Golpe de mano en Corrientes (25-26 de mayo de 1865): La participación brasileira en la primera victoria argentina en la Guerra da Tríplice Aliança. In: *Cuarto Encuentro Internacional de Historia sobre las operaciones bélicas de la Guerra de la Triple Alianza*, 2012, Corrientes.
- ⁷³ [PEREIRA DA COSTA], op. cit., V2, pp. 113.
- ⁷⁴ ANTUNES, op. cit., p. 84. Grifos nossos.
- ⁷⁵ ANTUNES, op. cit., pp. 84-102, [PEREIRA DA COSTA], op. cit., V2, p. 119. FONCECA, op. cit., p. 6, equivocou-se ao dizer que Barroso os encontrou em Bella Vista.
- ⁷⁶ NOGUEIRA DA GAMA, Edina Laura Costa. Correspondências entre os Almirantes Barroso e Tamandaré no limiar da Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai. *Navigator*: Rio de Janeiro, Departamento de Publicações e Divulgação, V3, n.º 5, pp. 95-96 e 97, 2007.
- ⁷⁷ ANTUNES, op. cit., 103-104, FONCECA, op. cit., p. 6.
- ⁷⁸ FRAGOSO, op. cit., V2, p. 71.
- ⁷⁹ FRAGOSO, op. cit., V2, p. 71.
- ⁸⁰ FONCECA, op. cit., p. 7. E não como escreveu DORATIOTO, op. cit., p. 141, "simbolizando a aliança".
- ⁸¹ Especialmente a Itajaí e a Belmonte. FRAGOSO, op. cit., V2, p. 74.
- ⁸² E não de uma só vez como escreveu DORATIOTO, op. cit., p.141. Aliás, cerca de 400 soldados brasileiros foram os que participaram do combate CORRÊA-MARTINS, op. cit., 2012.
- ⁸³ ANTUNES, op. cit., 102-105, FONCECA, op. cit., p. 7, [PEREIRA DA COSTA], op. cit., V2, pp. 119-121, CORRÊA-MARTINS, op. cit., 2012. Não encontramos registro de baixas relativas à força naval.
- ⁸⁴ PAUNERO, Wenceslau. Carta de 26 de maio de 1865 para el Ministro de Guerra y Marina de la República, general don Juan A. Gelly y Obes. In: GARMENDIA, Jose Ignacio. *Recuerdos de la Guerra del Paraguay: Campaña de Corrientes y de Río Grande*. 1. ed., Buenos Aires: Imprenta, Litografía y Encadernación de J. Peuser, 1904, p. 642. Tradução nossa.
- ⁸⁵ ANTUNES, op. cit., pp. 106 e 110.
- ⁸⁶ FONCECA, op. cit., pp. 9-10, ANTUNES, op. cit., 110-111.
- ⁸⁷ CARDOZO, Efraím, *Vísperas de la Guerra del Paraguay*, 1 ed, Buenos Aires: Librería El Ateneo, [1954], p. 76. Tradução nossa.
- ⁸⁸ DORATIOTO, op. cit., p. 138.